



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de Medida Provisória referente à negociação de débitos rurais

Palácio do Planalto, 31 de março de 2003

O que nós estamos presenciando, neste ato, é o resultado não apenas da vontade do Governo de fazer uma medida provisória que vai beneficiar 330 mil famílias que trabalham no campo. É muito mais: é a demonstração da maturidade com que essas discussões se deram dentro do Congresso Nacional.

Na última sexta-feira, eu recebi um telefonema do companheiro José Dirceu, depois um telefonema do Aloízio Mercadante, me dando conta da cordialidade e da seriedade com que todos os partidos políticos trataram esse tema, permitindo que nós pudéssemos fazer um acordo, e esse acordo pudesse resultar numa medida provisória que vem reparar alguns equívocos que aconteceram com a agricultura familiar ao longo da história.

Eu estou convencido de que passos como esses se darão em outras reformas que nós precisamos fazer, em outras medidas. Estou convencido de que há vontade política, há disposição, independentemente de alguém ser contra ou a favor de alguém pertencer a esse ou àquele partido político.

Eu acho que determinados assuntos são de tamanha relevância para a sociedade e de tamanha importância para os setores da sociedade mais excluídos que, muitas vezes, não se vê diferença partidária na votação.

Por isso, além dos deputados e senadores da base do Governo, acho que é muito importante, senador Arthur Virgílio, a sua presença aqui; acho que é muito importante a presença do deputado Jonas Pinheiro, porque isso demonstra que há, na diversidade, um espaço no exercício da democracia, quase que infinito.

Quando as pessoas são democratas, sempre estão dispostas a ouvir um argumento a mais que possa convencê-las a tomar essa ou aquela posição.

E eu penso que esse é um desejo do povo brasileiro e um desejo de todas as



peças sérias do Brasil. Nós não podemos deixar de atender a parte mais sofrida da sociedade.

Muitas vezes um governo não toma as medidas com a pressa que deveria tomar porque trabalha com limitações que não são políticas. Muitas vezes, são limitações eminentemente econômicas.

O dado concreto é que nós vamos adotar, com esse gesto que estamos fazendo aqui, hoje, um novo hábito de fazer política. Não há por que a sociedade não ser convidada a participar dos principais debates do país. Não há por que a gente não começar a reparar coisas que deveriam ter acontecido há 10 ou 15 anos e que não aconteceram nas mais diferentes atividades, não apenas produtivas e econômicas, mas no campo da educação, no campo da saúde. Há muita coisa para ser feita.

Eu estive, na semana passada, no Assentamento Itamarati, lá no Mato Grosso do Sul, e pude ver o quanto faz bem a agricultura familiar se nós pudermos dotá-la com a infra-estrutura necessária para que produza.

E, lá, eu disse uma coisa que a maioria da imprensa publicou corretamente, houve uma ou outra insinuação, quando eu disse que nós não vamos ficar disputando com nenhum governo, nem com o presidente Fernando Henrique Cardoso, nem com o presidente Sarney, nem com o presidente Itamar Franco, com nenhum outro, a quantidade de assentados no Brasil.

Eu disse que essa não é a questão, se alguém assentou 1 milhão ou 999. O que está a ser exigido de nós hoje, é a qualidade de vida que essas pessoas que já estão no campo precisam ter.

Nós precisamos, primeiro, ter em conta que a agricultura familiar não é incompatível e nem se choca com uma agricultura empresarial. São duas coisas totalmente distintas, elas podem se completar, em algum momento. O que não se pode é privilegiar sempre os que podem mais, em detrimento dos que podem menos. Segundo, quando se assenta uma família, parte-se do pressuposto, seja ela dos Sem-Terra, seja ela da CUT, seja ela da CONTAG, seja ela de ninguém, de que



se assenta com o objetivo de transformar essa família numa família produtiva, numa família que conquiste sua cidadania, porque assim se justifica a razão dessa família ter voltado para o campo.

Há pelo menos 20 anos nós discutimos isso. A agricultura familiar tem um peso importante, não apenas se a gente analisar a sua capacidade produtiva. A agricultura familiar tem que ser analisada como forma de manutenção das pessoas na sua terra natal, como melhoria da qualidade da produção de alimentos, como uma força de trabalho geradora de ocupação. Muitas vezes não gera o emprego, mas gera o trabalho, mantendo a família no campo. E muito mais importante é que pode evitar que jovens saiam do campo para determinadas atividades nas periferias dos grandes centros metropolitanos, caindo, às vezes, numa criminalidade de forma precoce, porque o Estado brasileiro não consegue dar a essas crianças e jovens a educação necessária e a oportunidade de trabalho.

Quero dizer a vocês que essa medida provisória tem esse objetivo: o de atender 330 mil famílias, mas também sinalizar que outras medidas virão para fazer o reparo histórico que precisa ser feito para aqueles que trabalham na agricultura familiar, para aqueles que estão assentados no campo, até porque queremos fazer com que todos se transformem em famílias produtivas e possam tirar da terra não apenas o sustento da sua família, mas também ganhar um pouco de dinheiro para ter acesso aos bens materiais que todo ser humano tem o direito de ter.

Quero, sobretudo, agradecer aos parlamentares, aos deputados e aos senadores que se dedicaram com muito carinho para que esse acordo fosse feito. E quero dizer para vocês que, se depender da vontade deste Governo, grande parte das coisas que têm que ser aprovadas neste país vai ser feita por acordo. Obviamente que alguma coisa precisará ir para votação, para o enfrentamento. Mas, se depender da vontade do Governo, podem ficar certos os deputados e os senadores, de que vamos tentar as negociações. Somente quando estiverem terminados todos os caminhos para uma boa negociação é que, iremos bater o voto para ver quem tem mais ou quem tem menos.



Isso é um jogo democrático e eu quero dar uma contribuição para que o Brasil evolua, para que o país possa avançar e para que a gente possa, aos poucos, ir recuperando a auto-estima de milhões de brasileiros que estiveram durante tanto tempo desanimados e desacreditados.

Obrigado, senador Aloízio Mercadante. Obrigado, ministro José Dirceu, pelo trabalho de articulação. E obrigado a vocês, que contribuíram para que a gente pudesse tornar a vida de 330 mil famílias menos sofrida neste ano de 2003. Outras medidas provisórias virão. Espero que as mudanças não precisem nem ser feitas através de medida provisória, que possam ser através de projeto de lei, que vamos discutir no Senado e na Câmara.

Meu caro Valadares, você percebe que valeu a pena. Valeu a pena você tomar a posição correta, no tempo certo.

Muito obrigado pela presença de vocês. E vamos continuar acreditando que o Brasil vai mudar de rumo.

/mcpro/lrj